

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a30>

Recebido em: 28/07/2025

Aceito em: 26/08/2025

**INTERSECCIONALIDADE, DIVERSIDADE CULTURAL E DIFERENÇA NO
CURRÍCULO ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DA OBRA “MEU TERREIRO,
MEU AXÉ”, DE ZENEIDA LINS**

**INTERSECTIONALITY, CULTURAL DIVERSITY, AND DIFFERENCE IN THE
SCHOOL CURRICULUM: A STUDY BASED ON THE BOOK “MEU TERREIRO,
MEU AXÉ”, BY ZENEIDA LINS**

José Flávio da Paz

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5717227670514288>

Doutor em Estudos Literários

Logos University Internatinal-UniLogos, EUA

E-mail: jfp1971@gmail.com

Néstor Raúl González Gutiérrez

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0116-5918>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9094524647914374>

Doutor em Estudos Literários

Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín-ITM, Colômbia.

E-mail: nestorgonzalez9206@correo.itm.edu.co

Caroline da Silva Neves Tarcha

Orcid: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6725973406279803>

Mestranda em Educação

Logos University Internatinal-UniLogos, EUA

E-mail: cneves@educacaopg.sp.gov.br

RESUMO

Este artigo discute a importância de abordar as religiões de matriz africana na educação básica, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, como estratégia de promoção da diversidade, da cidadania e do enfrentamento ao racismo religioso. A partir da metodologia de revisão bibliográfica, com ênfase na obra *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024), o estudo analisa as contribuições pedagógicas dessa temática para o currículo escolar. A obra de Azevedo apresenta os orixás e os terreiros de forma acessível e sensível, promovendo o respeito

às tradições afro-brasileiras e possibilitando o diálogo com crianças de diferentes contextos culturais. Os referenciais teóricos utilizados incluem autores como Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2012), Stuart Hall (2006), Tomaz Tadeu da Silva (2005), Gilciana Franco (2025) e Darcy Ribeiro (1995), que contribuem para uma reflexão interseccional sobre identidade, cultura, racismo e práticas pedagógicas. Os resultados indicam que a ausência das religiões afro-brasileiras nos currículos escolares contribui para a exclusão simbólica de sujeitos negros e para a reprodução de preconceitos. A presença desses saberes na sala de aula, por outro lado, representa uma oportunidade de reconstrução identitária, valorização da ancestralidade e formação de cidadãos conscientes e respeitosos da diversidade. Conclui-se que a escola, como espaço de formação integral, deve integrar esses conteúdos em suas práticas cotidianas, garantindo o cumprimento da Lei 10.639/2003 e fomentando uma educação antirracista e plural.

Palavras-chave: Educação básica; religiões afro-brasileiras; diversidade cultural; racismo religioso; currículo escolar; ancestralidade.

ABSTRACT

This article discusses the importance of addressing African-based religions in basic education, especially in the early years of elementary school, as a strategy to promote diversity, citizenship, and the fight against religious racism. Using a bibliographic review methodology, with emphasis on the book *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024), the study analyzes the pedagogical contributions of this theme to the school curriculum. Azevedo's work presents orixás and terreiros in an accessible and sensitive way, promoting respect for Afro-Brazilian traditions and enabling dialogue with children from diverse cultural backgrounds. The theoretical framework includes authors such as Nilma Lino Gomes (2017), Kabengele Munanga (2012), Stuart Hall (2006), Tomaz Tadeu da Silva (2005), Gilciana Franco (2025), and Darcy Ribeiro (1995), who contribute to an intersectional reflection on identity, culture, racism, and pedagogical practices. The results indicate that the absence of Afro-Brazilian religions in school curricula contributes to the symbolic exclusion of Black subjects and to the perpetuation of prejudice. On the other hand, the inclusion of these knowledges in the classroom represents an opportunity for identity reconstruction, valuing ancestry, and forming conscious and respectful citizens. It is concluded that schools, as spaces of integral formation, must incorporate these contents into their daily practices, ensuring compliance with Law 10.639/2003 and fostering an antiracist and plural education.

Keywords: Basic education; afro-Brazilian religions; cultural diversity; religious racism; school curriculum; ancestry.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por uma profunda diversidade cultural e religiosa, fruto do encontro de diferentes matrizes civilizatórias: a indígena, a africana e a europeia. No

entanto, ao longo da história do país, a contribuição dos povos africanos, especialmente no que tange à religiosidade, tem sido sistematicamente invisibilizada e marginalizada pelos discursos dominantes. Em contrapartida, as religiões de matriz africana, como o Candomblé, a Umbanda, o Batuque, entre outras, resistiram como espaços de manutenção das identidades culturais, de práticas ancestrais e de estratégias de enfrentamento à opressão (Franco, 2025; Azevedo, 2024).

Nesse contexto, a escola, como espaço de construção de conhecimento e de formação cidadã, é chamada a desempenhar um papel central na valorização da pluralidade religiosa, especialmente no que se refere às religiões afro-brasileiras. A abordagem dessas temáticas na Educação Básica, sobretudo nos anos iniciais, é fundamental para o combate ao preconceito, à intolerância religiosa e ao racismo estrutural ainda presente nas práticas escolares (Ribeiro, 1995; Lino Gomes, 2017).

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da inserção das religiões afro-brasileiras no currículo da Educação Básica, com foco nos anos iniciais, considerando a interseccionalidade entre raça, gênero, classe e religião. A pesquisa está ancorada em revisão bibliográfica e tem como eixo principal a obra *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024), além de contribuições teóricas de autores como Stuart Hall (2006), Tomaz Tadeu da Silva (2005), Nilma Lino Gomes (2017), Darcy Ribeiro (1995) e Kabengele Munanga (2012).

A valorização dessas manifestações religiosas e culturais na sala de aula contribui para a construção de uma educação antirracista e para o fortalecimento de identidades plurais, que reconhecem e respeitam as heranças africanas na formação do povo brasileiro.

Apesar dos avanços legislativos e educacionais proporcionados pela implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, ainda se observa uma lacuna significativa no trato das religiões de matriz africana nos currículos escolares. A resistência se dá, muitas vezes, por desconhecimento, preconceito ou medo de abordagens equivocadas por parte dos docentes.

É nesse sentido que a obra *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024) se apresenta como ferramenta pedagógica potente, ao traduzir com sensibilidade e precisão os fundamentos das religiões afro-brasileiras para o público infantojuvenil, auxiliando professores no processo de mediação cultural e de combate aos estigmas associados a essas práticas.

A escola, ao promover a escuta, a leitura e o reconhecimento dessas tradições, contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu lugar na sociedade. Como observa Hall (2006), a identidade cultural é uma construção histórica e discursiva, que se molda a partir das relações de poder, exclusão e pertencimento. Por isso, torna-se essencial discutir na escola a formação das identidades religiosas e os mecanismos que levaram à estigmatização das religiões afro-brasileiras.

Além disso, segundo Munanga (2012), o enfrentamento ao racismo exige ações pedagógicas intencionais, planejadas e politicamente comprometidas com a justiça social. Nesse sentido, incluir essas religiões no cotidiano escolar significa também reconhecer que o racismo religioso é uma das formas mais persistentes de discriminação no Brasil, e que precisa ser enfrentado desde os primeiros anos escolares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SOBRE A AUTORA E SUA OBRA

Zeneida Lins Azevedo, também conhecida como Mãe Zeneida de Navê é a autora da obra *Meu terreiro, meu axé*, publicada em 2024. Zeneida é produtora cultural e líder religiosa do culto afro Tambor de Mina, da Casa das Minas Cabocla Mariana e Nochê Navezuarina, em Porto Velho, Rondônia. Ela integra a comissão Mulheres do Axé da Fecuaron.

Seu livro está categorizada como sendo de literatura infantojuvenil, do gênero narrativo, por se tratar de contação de histórias. Suas ilustrações são vibrantes, destacando orixás, elementos da natureza e cotidiano de crianças no terreiro, produzidas pelo ilustrador Pedro Fernando de Lima Gervazoni. As ilustrações são consideradas acessíveis e acolhedoras, além de permitir leitores surdos por meio de intérpretes de Libras nos lançamentos e QR Code disponível na contra capa do livro.

A narrativa é protagonizada por Alice, uma menina preta de 10 anos, que nos convida a conhecer o interior e o cotidiano de um terreiro e suas vivências, conforme o relato dos lançamentos nas escolas e eventos de contação, um produto típico daquilo que Conceição Evaristo denominou de escrevivências:

Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande. (...) Diante das histórias que incomodam, a escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. E no campo da literatura é essa provocação que vai ser feita da maneira mais poética possível (Evaristo *apud* Santana; Zapparoli, 2020).

Diante disso, pode-se afirmar que a obra busca ampliar a representatividade de crianças de religiões de matriz africana na literatura infantojuvenil, promover respeito à diversidade religiosa e cultural desde cedo, valorizar tradições, o respeito à natureza, o culto aos orixás, encantados e práticas coletivas

A recepção da obra chamou a atenção para as práticas educativas de natureza propícia à educação antirracista, embora a autora tenha sido alvo de ataques racistas e de intolerância religiosa motivados por temores de propaganda religiosa escolar, sendo tal livro repudiado por parlamentares, gerando um debate sobre laicidade, preconceito e pluralidade. Todavia, garante-se que a obra funcionar como uma valiosa ferramenta pedagógica, podendo ser utilizado em escolas da educação infantil e do ensino fundamental I e II, reconhecendo seu potencial educativo e valorização da cultura afro-brasileira .

O lançamento em Porto Velho envolveu contações escolares, incluindo intérpretes de Libras e distribuição gratuita de centenas de exemplares, visto que fora financiado pela Lei Paulo Gustavo, ainda que, uma proposta de projeto de lei exigindo autorização prévia dos pais, gerando polêmica, questionando o caráter cultural de atividades relacionadas à obra. Especialistas defenderam que o livro aborda cultura, não catequese ou doutrinação, e que a Constituição garante liberdade religiosa e laicidade escolar

Em uma análise mais crítica, destaca-se a relevância pedagógica, uma vez que o livro atua como recurso cultural e simbólico para desconstruir estereótipos sobre religiões de matriz africana, promovendo inclusão e representatividade; apresenta uma estética sensível, considerando que Azevedo adota narrativa infantojuvenil com acessibilidade, diversidade e

valorização da ancestralidade e suas ilustrações e linguagem conectam-se diretamente com o público infantojuvenil; caracteriza-se como um bom exemplo de resistência simbólica em contextos de intolerância, a obra se torna ato de afirmação cultural e enfrentamento ao racismo religioso, além de um grande potencial formativo, apontando para processos educativos que visem pluralidade, antirracismo e reflexão sobre laicidade e identidade.

A análise demonstra que *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024) é mais do que literatura infantojuvenil, é instrumento de diálogo cultural, ativismo religioso e educação inclusiva. Por meio de uma narrativa sensível, destaca-se como obra emblemática para práticas pedagógicas que valorizam a cultura afro-brasileira e desafiam preconceitos estruturais na escola.

2.2 A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E A OBRA *MEU TERREIRO, MEU AXÉ*

A discussão sobre religiosidade afro-brasileira na educação exige a articulação de diversos campos teóricos: estudos culturais, educação das relações étnico-raciais, interseccionalidade, currículo crítico e pedagogia da diversidade.

Darcy Ribeiro (1995), em *O povo brasileiro*, analisa a formação histórica e cultural do Brasil como um processo violento de apagamento das culturas africanas. Para ele, as religiões de matriz africana foram um dos poucos espaços onde os negros escravizados puderam preservar aspectos fundamentais de suas origens e cosmovisões. Essa religiosidade, no entanto, sempre foi marginalizada pelas instituições hegemônicas, sendo tratada como folclore, superstição ou, pior ainda, como prática demoníaca.

Na mesma linha, Nilma Lino Gomes (2017) defende que a educação antirracista deve necessariamente abordar as dimensões simbólicas e religiosas da cultura negra. Ela destaca que a escola precisa valorizar os saberes e fazeres da população negra, inclusive no que se refere à espiritualidade, reconhecendo esses conhecimentos como parte legítima do currículo escolar.

Já Stuart Hall (2006) contribui com a noção de identidade como algo fluido, instável e marcado por discursos e disputas de poder. Ao aplicar essa perspectiva à educação, compreende-se que as identidades religiosas dos estudantes não podem ser ignoradas ou

apagadas em nome de uma pretensa neutralidade laica. Ao contrário, é necessário tornar a escola um espaço de escuta, acolhimento e diálogo sobre as múltiplas formas de crer e existir.

Tomaz Tadeu da Silva (2005) também aponta para a importância de repensar o currículo como campo de disputas. O que é ensinado, como é ensinado e quem decide o que deve ser ensinado são questões centrais para a construção de um currículo que contemple as múltiplas vozes da sociedade. Incluir as religiões afro-brasileiras no currículo é, portanto, uma forma de desafiar a monocultura eurocêntrica ainda dominante na educação brasileira.

Por fim, *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024) se destaca como material que articula linguagem acessível, sensibilidade estética e profundidade cultural, servindo tanto aos interesses do letramento literário quanto para ensinar o respeito às religiões afro-brasileiras desde os primeiros anos da formação escolar. Afinal, a autora apresenta a diversidade dos terreiros, das inúmeras divindades existentes nessa prática religiosa e das iniciativas para com o cuidado de desconstruir estigmas, valorizando o axé como força vital, espiritual e comunitária que sustenta a vida em sua plenitude.

3 METODOLOGIA

Este trabalho adota como metodologia a revisão bibliográfica aplicada à obra *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024), subsidiada por teorias de autores consagrados nos campos da educação, estudos culturais e das relações étnico-raciais. A revisão bibliográfica é compreendida, segundo Gil (2010), como uma técnica de levantamento, análise e interpretação de produções científicas já publicadas sobre determinado tema, a fim de construir uma visão abrangente e fundamentada sobre ele.

A abordagem metodológica se justifica pela necessidade de consolidar e articular diferentes produções acadêmicas que discutem o papel das religiões de matriz africana na formação da identidade cultural brasileira e sua presença, ou ausência, no espaço escolar. A escolha pela obra de Azevedo (2024) se deve ao seu caráter pedagógico e inovador, ao tratar de forma lúdica, crítica e inclusiva a temática das religiões afro-brasileiras, sendo, portanto, uma importante ferramenta para a prática docente nos anos iniciais da educação básica.

Além da análise textual da referida obra, foram utilizados como referenciais teóricos autores como Nilma Lino Gomes (2017), Darcy Ribeiro (1995), Stuart Hall (2006), Tomaz Tadeu da Silva (2005), Kabengele Munanga (2012), e Gilciana Paulo Franco (2025), com foco na relação entre diversidade cultural, práticas escolares, identidade, currículo e enfrentamento ao racismo religioso.

A metodologia adotada permitiu construir uma base teórica sólida que sustenta a defesa da inclusão das religiões afro-brasileiras no currículo, destacando práticas, desafios e possibilidades para a formação docente voltada a uma educação antirracista, plural e democrática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica e a análise crítica da obra *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024) revelam múltiplos aspectos relevantes para a prática pedagógica nos anos iniciais. Dentre os principais resultados, podemos assegurar que a leitura da obra de Azevedo possibilita aos educadores compreenderem que o universo das religiões afro-brasileiras vai muito além de ritos e crenças espirituais. Ele inclui saberes ancestrais, modos de vida comunitários, organização política e resistência cultural. Conforme aponta Gilciana Franco (2025), os terreiros são espaços de preservação da memória e da dignidade de um povo que sobreviveu à escravidão e ao silenciamento histórico. Logo, trabalhar essa temática na educação básica permite, desde os primeiros anos escolares, romper com o ciclo de estigmatização que associa essas religiões a práticas negativas. Como afirma Nilma Lino Gomes (2017), a escola precisa se constituir como espaço de valorização da cultura negra em todas as suas dimensões, incluindo a espiritualidade.

Outrossim, diz respeito aos aspectos da interseccionalidade (raça, classe, gênero e religião no ambiente escolar), visto que o enfrentamento ao racismo religioso não pode ser feito de forma isolada. É preciso considerar as múltiplas opressões que afetam crianças negras no espaço escolar. A interseccionalidade - conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1991) - permite compreender como essas diferentes categorias sociais se cruzam e se acumulam na experiência dos sujeitos.

Ao inserir as religiões afro-brasileiras no currículo, o professor oferece não apenas conhecimento, mas um espaço de pertencimento para crianças que, muitas vezes, não se reconhecem nos conteúdos escolares. Como aponta Stuart Hall (2006), a identidade se constrói a partir do reconhecimento das semelhanças e diferenças, do pertencimento e da representatividade. Logo, a ausência das religiões afro-brasileiras nos livros didáticos e nos discursos escolares contribui para a exclusão simbólica de uma parcela significativa da população.

Nesse sentido, *Meu terreiro, meu axé* surge como um excelente recurso didático-pedagógico. A obra de Azevedo (2024) se destaca por oferecer uma linguagem acessível, ilustrada e sensível para o trato com as religiões de matriz africana. A construção textual respeita as tradições, apresenta os orixás como manifestações da natureza e da força vital, e permite à criança desenvolver empatia, reconhecimento e respeito.

Utilizar esse material nas salas de aula dos anos iniciais pode contribuir para a formação de um ambiente escolar mais inclusivo, onde as crianças compreendam desde cedo a importância do respeito à diversidade religiosa. Ao fazer isso, o professor cumpre um papel político e pedagógico de mediação cultural e combate ao preconceito - especialmente o racismo religioso, como apontam Munanga (2012) e Gomes (2017).

Ressalta-se que, um dos pontos que emerge dessa discussão é a carência de formação dos professores para lidar com a temática da religiosidade afro-brasileira de maneira crítica e respeitosa. Muitos docentes sentem-se inseguros para abordar o tema por medo de ofensas ou reações negativas por parte da comunidade escolar. Esse medo é reflexo do racismo estrutural que permeia também a estrutura educacional brasileira.

Conforme argumenta Silva (2005), o currículo escolar precisa ser problematizado como um espaço de disputa simbólica. Incluir no currículo os saberes oriundos das religiões afro-brasileiras significa disputar com a hegemonia cristã e eurocêntrica, propondo um olhar plural e democrático.

As possibilidades, no entanto, são promissoras. Com apoio de obras como a de Azevedo (2024) e políticas públicas de formação continuada, os professores podem (re)construir suas práticas pedagógicas e transformar a escola em um verdadeiro espaço de diálogo e respeito à diferença.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as religiões de matriz africana na educação básica, especialmente nos anos iniciais, revela-se essencial diante dos desafios contemporâneos que envolvem a construção de uma escola inclusiva, democrática e antirracista. Ao longo deste artigo, demonstrou-se que essas religiões são não apenas expressões espirituais, mas manifestações culturais, históricas e sociais fundamentais para a compreensão da formação do povo brasileiro.

Através da metodologia de revisão bibliográfica, com ênfase na obra *Meu terreiro, meu axé* (Azevedo, 2024), ficou evidente que há um grande potencial pedagógico em abordar essa temática de maneira crítica, criativa e respeitosa. Essa obra, ao retratar os orixás e os terreiros com sensibilidade e profundidade, representa uma excelente ferramenta para que os professores iniciem diálogos significativos com os estudantes.

Além disso, autores como Nilma Lino Gomes (2017), Munanga (2012) e Hall (2006) reforçam a urgência de se construir uma educação que considere a diversidade racial, religiosa e cultural como componentes centrais do currículo e da formação cidadã.

A escola precisa ser um espaço de aprendizado que acolha as diferenças e combata as discriminações. Ao incluir o ensino das religiões afro-brasileiras como conteúdo curricular, de acordo com a Lei 10.639/2003, os educadores contribuem para romper o ciclo de silenciamentos históricos e preconceitos estruturais que ainda marcam a sociedade brasileira.

Assim, espera-se que mais docentes se sintam motivados e respaldados para explorar essa temática com seus alunos, sobretudo com o apoio de materiais como *Meu terreiro, meu axé* e outros recursos que dialoguem com a realidade dos estudantes.

Educar para o respeito à diversidade religiosa é também educar para a convivência, a cidadania, a equidade e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Zeneida Lins. **Meu terreiro, meu axé**. Porto Velho: Edição da autora, 2024.

CARVALHO, Juliana Barros Brant; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Umbanda e quimbanda: alternativa negra à moral branca. **Psicologia USP**, 2019, volume 30, e180093.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/hTY8nDMZTzwhWvc5DzqbNMd/?format=pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EXPRESSÃO RONDÔNIA. “Meu terreiro, meu axé”: obra infantojuvenil chega às escolas da capital. 2024. **Expressão Rondônia**. Disponível em:

<https://www.expressaorondonia.com.br/meu-terreiro-meu-axe-obra-infantojuvenil-chega-as-escolas-da-capital/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilégens**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. p. 30–46, 2021. DOI: 10.34019/2237-6151.2021.v18.34154. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilégens/article/view/34154>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade: aprendendo com a diferença**. Brasília: MEC/Secadi, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTANA, Tayrine Santana; ZAPPAROLI, Alecsandra Zapparoli. Conceição Evaristo – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”, publicado em 9 de nov. 2020. In.: **Itaú Social**. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as- pessoas-pensarem/>. Acesso em: 02 mai.2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOPA CULTURAL. Livro infantil “Meu terreiro, meu axé” vira alvo de campanha racista na internet. 2024. In.: **Sopa Cultural**. Disponível em: <https://www.sopacultural.com/livro-infantil-meu-terreiro-meu-axe-vira-alvo-de-campanha-racista-na-internet/>. Acesso em: 22 jun. 2025.